

Renda emergencial traz inédito reconhecimento das trabalhadoras informais e chefes de família

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Por três meses, mulheres em famílias monoparentais terão acesso a R\$ 1.200, o dobro do valor oferecido aos demais informais diante da crise do coronavírus. Em razão da crise provocada pelo surto do novo coronavírus no Brasil, o presidente Jair Bolsonaro sancionou, nesta semana, um projeto de lei que estabelece Renda Básica Emergencial de R\$ 600 para pessoas de baixa renda e trabalhadores informais. Mulheres que são chefes de família estão no centro da iniciativa e terão direito ao dobro do benefício, R\$ 1.200. Especialistas ouvidas pelo HuffPost Brasil apontam que a medida é inédita e de forte impacto na vida de milhões de brasileiras e, em especial, seus filhos, além de ser considerada um marco que pode incentivar políticas públicas de combate às desigualdades no País. O governo estima que o benefício pode atingir cerca de 54 milhões de pessoas, e chegará a custar R\$ 98 bilhões. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), há cerca de 11,6 milhões de famílias chefiadas exclusivamente por mães de filhos de até 14 anos no Brasil. De acordo com os dados, 55% vive com menos de R\$ 10 por pessoa por dia. Entre as mulheres pardas e pretas, esse quadro é visto em 63% dos casos. “Essa proposta de renda mínima emergencial é fundamental nesse momento. O número de mulheres na informalidade cresce a cada ano e são elas que chefiam grande parte das famílias no Brasil”, afirma Lucilene Morandi, coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero e Economia da UFF (Universidade Federal Fluminense). “Elas são diaristas, ambulantes, manicures, cozinheiras e tiveram sua vida financeira afetada diretamente pela crise.” Primeiro benefício de grande alcance que avança desde o início da crise provocada pelo aumento de casos da covid-19 no País, a proposta tem como intenção amenizar o impacto sobre a situação financeira das pessoas mais vulneráveis, que perderam ou tiveram sua renda reduzida. Neste contexto, o auxílio só será concedido durante três meses àqueles que tiverem renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar até três salários mínimos ASSINE A NEWSLETTER Quero receber por e-mail as matérias mais importantes da semana. Política de Privacidade Newsletter Por favor, insira um e-mail válido Obrigado por assinar! Você deve receber em instantes um e-mail para confirmar sua inscrição. Ocorreu um problema no processamento de sua assinatura; por favor, tente novamente mais tarde Twitter Facebook Instagram Flipboard ?É importante pontuar que esse benefício contempla as mulheres, mas não tem a ver necessariamente com uma conquista das mulheres”, pondera Cecília Machado, economista e professora assistente da FGV (Fundação Getúlio Vargas). “Essa medida não reconhece que a mulher desempenha um trabalho doméstico, de forma alguma. Ela dá bastante prioridade em assistir as crianças, os filhos dessas mulheres, que serão também assistidos pela medida”, diz. Esta não é a primeira vez que mulheres estão no centro de benefícios do tipo. No Bolsa Família, elas são as principais titulares em 92% das organizações familiares participantes. O ineditismo apontado agora é o fato de que o valor ao qual mães sem cônjuges terão acesso será igual ao de uma família de dois adultos que estejam no trabalho informal. “Mesmo que a mulher não tenha um cônjuge, ela tem um filho. E as crianças, no Brasil, são o setor que tem menos políticas sociais. É uma forma de reconhecer o papel que essas mulheres desempenham e as necessidades que essas crianças vão ter durante a crise”, diz José Eustáquio Alves Diniz, demógrafo, professor do ENCE (Escola Nacional de Ciências e Estatísticas) e autor do estudo “Mulheres Chefes de Família no Brasil: Avanços e Desafios”. Serão beneficiados os trabalhadores sem carteira assinada e que, portanto, não têm direito ao seguro-desemprego. Entre eles estão diaristas, motorista de aplicativos, cabeleireiros, ambulantes, autônomos, microempreendedores individuais (MEIs) e contribuintes individuais da Previdência Social, além de outros inscritos no Cadastro Único (CadÚnico), do Ministério da Cidadania. Mulheres no perfil monoparental terão direito ao benefício desde que não participem de nenhum outro

programa de assistência como, por exemplo, o Bolsa Família. Porém, há a opção de optar por suspender um dos benefícios e manter o de maior valor durante o período estipulado pelo programa. Ainda nesta semana, o Senado aprovou projeto complementar que expande o alcance da medida. Entre os grupos contemplados a partir de agora estão mães adolescentes e pais solteiros, que passam a ter o mesmo tratamento concedido às mães, e receberão, automaticamente, duas cotas do auxílio. “O dano econômico [diante da crise] vai existir, ele é real, não tem como a gente fugir dele. Mas é possível que ele seja minimizado se o governo fizer as coisas certas. A coisa certa, nesse momento, é agir agora e parar a economia”, diz Machado, da FGV. “Não é só garantir a renda básica. Agir agora, talvez possa fazer com que a renda básica seja suficiente. Mas agir daqui há um mês pode ser que a renda básica já não seja mais suficiente.” Benefício será distribuído por meio de aplicativo Apelidado de “coronavoucher”, o benefício deve ficar disponível a partir da próxima semana, e esta demora foi amplamente criticada. A jornalista, Bolsonaro afirmou que assinou o texto na última quarta (1º) e argumentou que demorou a fazê-lo por causa de uma medida provisória que estava faltando, “porque não adianta dar um cheque sem fundo”. Essa MP é a que vai dizer de onde sai o dinheiro para custear o benefício. A sanção foi publicada no Diário Oficial só na última quinta-feira (3). Nesta sexta-feira (4) o governo anunciou que os beneficiários deverão baixar um aplicativo para se inscrever que será disponibilizado na próxima terça-feira. O anúncio foi feito pelo ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni. Segundo ele, o dinheiro estará disponível na conta indicada em até 48 horas após o cadastro ser concluído. Todo o procedimento será feito via Caixa Econômica Federal. Nome do aplicativo, calendário de saque e as informações operacionais sobre o benefício serão anunciados na segunda. Mães, chefes de família e na linha da extrema pobreza A aprovação da Renda Básica Emergencial chega em um momento em que o tamanho da crise que a pandemia causará no sistema de saúde e na economia ainda são incertos, apesar da já presente desaceleração no mercado como um todo. Porém, esses efeitos já são sentidos principalmente pelos mais vulneráveis, como trabalhadores informais de baixa renda que são, em sua maioria, mulheres com jornada dupla: o sustento dos filhos e os cuidados com a casa. “A grande parte da população brasileira ganha pouco. E as mulheres em arranjos monoparentais, com filhos, principalmente, ganham menos ainda. Sem nenhum outro tipo de auxílio, ela acaba caindo na informalidade, no trabalho ocasional. Isso é o que a gente chama de feminização da pobreza”, explica o demógrafo José Eustáquio Alves Diniz. Cerca de 55% do total de famílias chefiadas por mulheres no Brasil vive com menos de R\$ 10 por pessoa por dia ? a renda per capita de US\$ 5,50 (hoje cerca de R\$ 29) o valor estipulado pelo Banco Mundial como indicador de pobreza (para países com rendimento de médio a alto como o Brasil). Ao jogar luz sobre os números apresentados pelo levantamento do IBGE, é possível observar a desigualdade no acesso à renda entre as famílias monoparentais lideradas por mulheres negras. O número de mulheres brancas, chefes de família e que não contam com a participação do cônjuge nesta faixa de renda é de 40%. A vulnerabilidade é intensificada em famílias formadas por mulheres pretas ou pardas: 63%. Em 2017 e em 2016, este número se manteve em cerca de 64%. Mas apesar da pouca diminuição, não necessariamente elas passaram a ganhar mais, explica Diniz. “O valor nominal, como tem inflação, pode indicar essa diminuição. Mas, neste caso, a variação é muito pequena. Até pode ser que algumas das mulheres passaram a ganhar um pouco mais, mas não porque melhoraram de vida, mas pela inflação.” O mesmo levantamento do IBGE mostra que aumentou o percentual de famílias monoparentais vivendo abaixo da linha da extrema pobreza nos últimos anos. Em 2012, 61% do total de famílias monoparentais lideradas por uma mulher negra pertencia ao grupo que vive com menos de R\$ 10 por pessoa por dia. Em 2018, essa parcela representava 63%. Ainda de acordo com os dados, a participação das mulheres no trabalho informal é superior à dos homens. As taxas mais elevadas de informalidade entre elas ocorrem nas atividades de serviços domésticos, chegando a 71,2% neste segmento. As mais vulneráveis também neste cenário continuam sendo as mulheres negras que, ainda de acordo com o IBGE, representam 34,8% da população abaixo da linha da pobreza no País. Estas desigualdades são atribuídas, dentre outros fatores, à discriminação no mercado de trabalho e à divisão por gênero das atividades de afazeres domésticos e cuidados, em especial por conta da ausência de legislação e políticas públicas específicas para atender a essas questões. ?É esse sistema que faz com que, entre os pobres, as mulheres sejam maioria. E são maioria por que elas carregam o peso do trabalho reprodutivo nas costas. A feminização da pobreza é essa carga que é jogada em cima das mulheres mais pobres que não conseguem entrar no mercado formal”, pontua Diniz. Os dados mostram que a renda básica emergencial é uma conquista social, mesmo que momentânea, para as chefes de família que, muitas vezes, não ocupam um lugar de poder, mas sim, de precariedade, explica Lucilene Morandi, da UFF. “Os números apontam que as

mulheres são as mais vulneráveis. Não é porque ela é chefe de família que há empoderamento, por exemplo. Quando a mulher tem um filho, dois ou mais e o pai da criança não está nesse cenário, isso leva a mulher que já está na precariedade a uma condição de maior pobreza”, explica a especialista. “É fundamental que, em uma crise como essa, elas tenham acesso à essa renda o quanto antes. E vejo a medida como um ganho.” Para a especialista, o enfrentamento às desigualdades, a longo prazo, precisa encontrar um meio termo entre a busca não só de programas de assistência social, como a renda emergencial, ou o Bolsa Família, por exemplo, mas a políticas direcionadas às mulheres, como a implementação de creches. “ O acesso à creche tem um reflexo direto na vida das mulheres que são mães e estão no mercado de trabalho informal. É um fato real, uma evidência. No contexto atual, o impacto econômico vai acontecer. E todas essas políticas que serão feitas agora, esse repasse de renda, deveria ser continuado. Isso implica em reduzir desigualdades desde a base do problema.”